

## POLÍTICA

## CONSTITUINTE

# O anteprojeto que incomoda muita gente

## As propostas dos sanitaristas contra o que acham "um casuísmo"

Os sanitaristas consideram "puro casuísmo" a subordinação financeira da saúde ao Fundo Nacional de Seguridade Social — como aprovado na Comissão de Sistematização da Constituinte. Temerosa de que isso represente um reforço ao atual Ministério da Previdência Social e o desaparecimento do Ministério da Saúde, a categoria distribuiu uma nota propondo:

a) colocar a seguridade social como título na nova Constituição, englobando todos os aspectos relativos aos direitos dos trabalhadores, previdência, saúde, assistência social, cultura, esportes, lazer, direitos individuais e educação;

b) considerar cada um desses aspectos como capítulo;

c) propor no tocante ao título tributação e orçamento as categorias de Orçamento Social, Orçamento Fiscal e Orçamento das Estatais;

d) considerar a proposta de financiamento do Fundo Nacional de Seguridade Social como de receitas do orçamento social;

e) criar o Fundo Nacional de Saúde, com receitas do orçamento social e outras específicas e vinculadas; e

f) assegurar em disposições transitórias a não-regressão dos atuais gastos com saúde e o seu crescimento até 10% do PIB.

Liderados pelo ex-secretário-geral do Ministério da Saúde e presidente do Nesp — Núcleo de Estudos em Saúde Pública —, Eleutério Rodrigues Neto, os sanitaristas são contrários ao capítulo da seguridade social e favoráveis à reativação da idéia de criação de um terceiro orçamento, o social, há muito também defendido pelo ministro da Previdência, Raphael de Almeida Magalhães.

O anteprojeto de Constituição da Comissão de Sistematização mal começa a ser discutido e já surgem fortes restrições ao seu teor, a começar pelo presidente Sarney. Preocupado e até apreensivo depois de passar o final de semana estudando o documento com seus auxiliares, Sarney concluiu que o País se tornará ingovernável dentro de 90 dias de vigência da nova Carta, caso seja adotado o texto elaborado pelo relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral.

Já o relator-adjunto, senador Wilson Martins (PMDB-MS), considerou o texto de Cabral "extremamente radical" e fora da realidade do País. Como exemplo, afirmou que, "de um lado oferece garantias românticas aos trabalhadores, e por outro inviabiliza a reforma agrária".

Cabral, de seu lado, afirmou durante a primeira reunião da Comissão de Sistematização destinada a examinar o anteprojeto que rejeitará todas as emendas que procurem alterar o conteúdo ou mérito do texto, porque, em seu entender, nessa primeira fase as emendas devem tratar apenas da redação ou adequação do texto.

Um dos pontos do anteprojeto mais criticado por Sarney e considerado capaz de provocar grave crise, se adotado na nova Carta, é o que divide o poder entre o presidente da República, o primeiro-ministro, o Conselho de ministros, a Câmara e o Senado. De acordo com os auxiliares de Sarney que também analisaram a questão no final de semana, o an-



Cabral: não às emendas.

teprojeto, na verdade, não define uma proposta presidencialista nem parlamentarista. Além disso, segundo eles, o texto não tem unidade, define direitos sem o contrapeso suficiente na parte dos deveres e praticamente anula a presença do Estado.

A solução, segundo concluíram Sarney e seus auxiliares, seria única: "Começar tudo outra vez, sem permitir negociações para compor interesses de grupos, entregando-se o trabalho para pessoas que saibam conduzir o processo político e não se deixem envolver em armadilhas políticas".

Cautelosos, os auxiliares de Sarney não citaram nomes, não identificaram culpados e da mesma for-

ma não revelaram o que o Palácio do Planalto já está pensando fazer para impedir que seja mantido o espírito do anteprojeto. "O presidente Sarney acha que deve haver uma ação das lideranças políticas responsáveis", limitou-se a dizer um assessor, encerrando o assunto que o Planalto demonstrou todo o interesse em divulgar, ontem.

### Irreal

Já o senador Wilson Martins disse que falta, agora, compatibilizar o anteprojeto de Cabral à realidade brasileira. Ontem mesmo ele apresentou 107 emendas que, aceitas, retirariam 30 dispositivos constantes hoje em 501 artigos, que o senador considera excessivos, repetitivos e com muitos pontos conflitantes.

Entre as várias supressões defendidas pelo relator-adjunto está a do artigo 11, pelo qual, segundo Martins, a Constituinte quer legislar para o mundo, embora só possa legislar para o País e não para outras nações. Diz o artigo, por exemplo, que o Brasil quer uma nova ordem econômica internacional, justa e equitativa, preconiza um tribunal internacional dos Direitos Humanos, e assim por diante.

O senador também quer suprimir o item pelo qual "até a erradicação definitiva da pobreza absoluta, suas vítimas têm direito a amparo e assistência do Estado e da sociedade", bem como o item que dá licença especial de três meses ao servidor

público assíduo, que não tiver sido punido, a cada cinco anos.

### A Comissão

Mas tudo isso não será aceito pelo relator, por enquanto, porque refere-se ao mérito do anteprojeto. Aliás, a maioria das emendas apresentadas na reunião de ontem da Comissão de Sistematização procura mudar substancialmente o texto original.

Foram levantadas muitas dúvidas, na reunião, sobre a compatibilização dos dispositivos das comissões temáticas agora convertidos no anteprojeto. Segundo Bernardo Cabral, todas as dúvidas sobre essa compatibilização podem ser sanadas com a apresentação de emendas de adequação.

Na verdade, a reunião serviu apenas para que Cabral respondesse às indagações e sugestões do plenário, como a da deputada Sandra Cavalcanti, para que a parte referente à Comissão da Família seja examinada pela Comissão com o recurso aos destaques, que permitem a discussão de determinada matéria ou de parte dela.

Ainda sobre o tema, o senador Afonso Arinos informou ao plenário ter recebido a anuência do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, para a apresentação de emendas aos itens dessa comissão, a única que não ofereceu um anteprojeto à Comissão de Sistematização, obrigando Cabral a se valer do texto que ali estivera em debate.

## Uma briga pelo projeto de comunicações e tecnologia

O grupo da Constituinte que impediu a aprovação do projeto da Comissão da Família, Educação, Cultura, Esportes, Ciência, Tecnologia e Comunicação, cujo relator foi o deputado Arthur da Távola, pretende reapresentar em bloco as emendas de seu projeto alternativo, aprovado pela maioria da Comissão mas rejeitado e aproveitado apenas em parte pelo relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, que optou por um texto que considera mais avançado na elaboração de seu anteprojeto de Constituição.

Com esse propósito, os líderes do grupo — entre eles Sandra Cavalcanti, Luiz Eduardo Magalhães, Eraldo Tinoco e Aroldo de Oliveira — todos do PFL — e Mendes Ribeiro, do PMDB, começaram ontem uma série de reuniões. Eles não concordam principalmente com três pontos polêmicos: a reserva de mercado, a criação do Conselho Nacional de Comunicação e o sistema de concessão de canais de rádio e tevê.

O texto de Cabral dispõe, por exemplo, que "só com o referendo do Congresso Nacional, ouvido o Conselho Nacional de Comunicação (a ser criado), o Poder Executivo poderá outorgar concessões de canais de rádio e televisão". E o grupo pretende reapresentar emenda dando direito aos três poderes de tratar da matéria: o Executivo outorgará as concessões, o Legislativo referendará e, em caso de renovação ou cassação, caberá ao Judiciário decidir.

Todos discordam também da aprovação da reserva de mercado como matéria do texto constitucional, entendendo que a questão deve ser tratada como legislação ordinária.